

Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses sobre o caso português *

1. INTRODUÇÃO

O tema de identidade cultural e da marginalização estrutural dos trabalhadores migrantes não tem sido, até agora, objecto de estudo sociológico adequado, em Portugal, apesar da importância que ele assume no contexto da sociedade portuguesa.

É por isso que não me é possível apresentar, neste trabalho, uma contribuição para o estudo daquele tema a partir de investigação empírica actual e representativa, efectuada por investigadores portugueses.

Nestas condições, tentarei recolher de várias fontes alguns materiais com interesse para desenvolver certos aspectos do problema da identidade cultural dos trabalhadores emigrantes, em função do processo de mobilidade social subjacente nos movimentos migratórios em Portugal.

Recorrerei, principalmente, ao estudo intitulado *Les retours de travailleurs migrants portugais*, realizado sob a orientação do Prof. Bernard Kayser, redigido por Michel Poinard, da Universidade Toulouse le Mirail, e publicado recentemente pelo Ministère du Travail e de la Participation, de França. Este estudo tem por base investigações realizadas em França e em Portugal durante o ano de 1978.

Além desta fonte principal, usarei os resultados de outros estudos de autores portugueses e estrangeiros, na sua maior parte dedicados à emigração portuguesa para França e às condições de vida e de trabalho dos imigrantes portugueses naquele país. Terei ainda em conta alguma informação e reflexão que, em tempos, tentei organizar sobre as principais características quantitativas da emigração portuguesa.

Tendo em consideração o material de base disponível, este trabalho situar-se-á no plano das hipóteses, procurando articular e sistematizar os dados recolhidos das várias fontes.

Creio que é pertinente deixar sublinhado o facto de um tema tão importante como o referido, para um país onde a emigração é um dos fenómenos sociais mais significativos, não ser objecto de análise científica

* Comunicação apresentada ao *workshop* sobre «identidade cultural e marginalização estrutural dos trabalhadores migrantes», organizado pela European Science Foundation, em colaboração com a Universidade de Bochum e a Akademie Klausenhof, e que teve lugar em Hamminkeln, na RFA, de 10 a 12 de Dezembro de 1980.

com a amplitude, o rigor e a constância que seriam necessários. Ele é um bom indicador do estado incipiente em que se encontra a investigação social em Portugal e das dificuldades que ela tem para se desenvolver. De facto, neste momento, dificilmente se encontram todos os meios necessários para que a sociedade portuguesa e a sua evolução sejam devidamente conhecidas e analisadas cientificamente.

2. O COMPORTAMENTO MIGRATÓRIO COMO PADRÃO CULTURAL EM PORTUGAL

2.1 O comportamento migratório é uma presença constante ao longo da história de Portugal, se bem que conheça fases de desigual volume de movimentos populacionais.

Os movimentos de populações indígenas e de outras vindas do exterior do território tiveram importância significativa na fundação do País como entidade étnico-cultural e como Estado independente. Por vezes pergunta-se se as circunstâncias históricas do nascimento de Portugal, como resultado de um longo processo de encontro e interacção de muitos povos e culturas, num reduzido espaço geográfico que se manteve quase inalterado ao longo de muitos séculos até hoje, não terá alguma influência no «fenómeno histórico estrutural» que é a emigração portuguesa ¹.

A partir dos finais do século xv, com os Descobrimentos, começam a formar-se fluxos emigratórios para vários continentes, atingindo, por vezes, volumes muito significativos e efeitos demográficos, económicos e sociais relevantes na sociedade portuguesa.

Se bem que estes antecedentes históricos tenham interesse, este trabalho centrar-se-á apenas no período dos últimos vinte anos.

A partir do início da década de 1960, os movimentos espaciais da população adquirem um grande relevo na transformação do País, fazendo que uma boa parte da população rural se transfira para outros sectores de actividade económica, deslocando-se das suas terras de origem para outras regiões do País ou para o estrangeiro. A emigração toma então um volume deveras importante e conhece um período em que passa a dirigir-se principalmente para a Europa, de 1962 a 1975. Antes de 1962, o maior número de emigrantes portugueses dirigiam-se para a América do Sul, designadamente para o Brasil, e depois de 1975 têm-se encaminhado para a América do Norte.

O maior volume emigratório anual atingiu-se em 1970. Nesse ano saíram de Portugal cerca de 180 000 emigrantes, dos quais perto de 136 000 para França. A população residente portuguesa em 1970 era de cerca de 9 000 000 de pessoas e o saldo fisiológico anual registado foi da ordem dos 80 000 indivíduos.

Este fluxo emigratório atingiu praticamente todas as regiões do País, embora de forma bastante desigual.

As migrações internas e a emigração fazem que em poucos anos se observem alterações sensíveis na distribuição da população por sectores de actividade e na distribuição espacial da população no território português.

¹ Ver Joel Serrão, *Emigração Portuguesa. Sondagem Histórica*, Lisboa, Livros Horizonte, s. d.

O Centro e o Norte do interior do País, em especial, sofrem um grande êxodo populacional em favor da região litoral, com especial relevo para os dois grandes pólos urbanos e industriais de Lisboa e Porto, com as respectivas cidades e áreas de influência, e de vários países de destino da emigração. As regiões de Lisboa e Porto e, de uma forma geral, a do litoral entre Setúbal e Braga são aquelas onde se tem vindo a concentrar o crescimento industrial e do sector terciário desde o fim da segunda guerra mundial, especialmente a partir de 1960. A zona litoral mais desenvolvida concentra hoje cerca de 70 % da população, ao passo que em 1950 contava com cerca de 55 %.

Deixarei de lado o fenómeno das migrações internas e ocupar-me-ei exclusivamente da emigração, porque este último fenómeno é o que mais interessa abordar para os efeitos deste trabalho. No entanto, devo salientar que há uma relação muito íntima entre as migrações internas e a emigração, podendo dizer-se que, até certo ponto, elas são duas formas de êxodo rural em Portugal.

2.2 O fenómeno da emigração portuguesa nas décadas de 1960 e 1970 tem a ver, não só com causas relacionadas com a situação económica e social interna de Portugal, mas principalmente com o crescimento económico rápido que então se verifica nos países do Centro e Norte da Europa ocidental, especialmente na produção industrial. Essa expansão económica suscitou uma grande capacidade de atrair um certo tipo de mão-de-obra, que encontrou uma resposta pronta nas condições então existentes na economia e na sociedade portuguesas, daí nascendo um rápido e volumoso fluxo emigratório.

A Europa foi o principal destino da emigração portuguesa entre 1962 e 1975, para aí se tendo dirigido, no conjunto desse período, cerca de 1 100 000 pessoas.

A figura do emigrante torna-se, em virtude deste amplo movimento emigratório, mais difundida. Ela já estava consagrada, quer em termos de cultura tradicional popular, quer como figura de presença de relevo nas diversas formas de expressão artística e da «cultura erudita», designadamente na literatura portuguesa antiga e actual; porém, agora, o emigrante é um personagem mais presente em toda a vida portuguesa e em quase todas as famílias e terras; especialmente nas zonas rurais do Centro e Norte de Portugal, o emigrante não só é conhecido, como ocupa um lugar importante.

À maior difusão da posição e do papel do emigrante na estrutura social portuguesa junta-se um provável reforço da sua posição na escala de estratificação social das pequenas comunidades rurais. Passa a ser comum identificar a situação do emigrante como uma profissão, a qual vai ocupar um lugar de prestígio na escala socioprofissional das comunidades rurais.

Nas suas grandes linhas, creio que as causas genéricas deste rápido aumento de emigrantes para a Europa se devem radicar nas grandes diferenças patentes e reconhecidas entre as condições de vida e de trabalho existentes e esperadas em Portugal e as condições de vida e de trabalho existentes e esperadas nos países da Europa do Centro e do Norte.

Para além da existência das diferenças apontadas, o fluxo emigratório foi efectivado porque os países de emigração estavam interessados em que ele se realizasse e porque foi impossível às autoridades portuguesas impedi-lo, quando o tentaram fazer.

Se bem que tenha havido várias limitações e entraves à comunicação social e à difusão da informação acerca dos modelos de organização social, política e económica existentes fora do País nestes últimos anos até 1974, a verdade é que, apesar disso, esses modelos se difundiram o suficiente para se tornarem amplamente reconhecidas as diferenças entre as condições de vida no País e nos países mais desenvolvidos da Europa e as possibilidades de vida melhor que nesses países se poderiam oferecer aos trabalhadores portugueses. Daí resultou um movimento no sentido de tentar, através da emigração, alcançar essas condições de vida e de trabalho mais favoráveis.

Creio que no comportamento dos emigrantes portugueses está presente a vontade de ultrapassar condições de vida muito limitadas e desfavoráveis, aparecendo a emigração como a forma mais viável e rápida de atingir esse objectivo, perante a ausência ou estreiteza de perspectivas de desenvolvimento do País que permitisse melhorar o nível e a qualidade de vida de todos os portugueses a curto prazo ².

A realização do projecto emigratório e o modo como se desenvolve não se podem explicar, contudo, sem ter em conta o quadro mais vasto das relações existentes entre as economias e as sociedades das regiões e dos países fornecedores e receptores dos migrantes ³.

2.3 O volume e a universalidade da emigração, assim como os efeitos que produz, contribuem, segundo penso, para reforçar a posição do emigrante na estrutura social, nos últimos vinte anos, em Portugal.

Ao nível das pequenas comunidades das regiões rurais, os emigrantes acabam por desempenhar papéis sociais de tal modo importantes e adquirem um conjunto de características próprias tão relevantes na estrutura social que, por vezes, se fala deles como um estrato social ou até quase um grupo social homogéneo e estável na estrutura social.

Os emigrantes tenderiam então, nas pequenas comunidades rurais, a constituir uma camada social cuja posição se situaria no topo da escala de estratificação social, ou em lugar próximo e em condições de disputar a primazia, conforme os casos.

Eles adquirem também uma determinada imagem que, no contexto de escala de valores tradicionais, tem uma conotação social positiva, transformando-os até em modelo cultural.

À figura do emigrante atribuem-se determinados atributos que valorizam, entre outros, a iniciativa pessoal, a capacidade de sacrifício e de trabalho, a vontade de melhorar a vida, de «ser alguém», ou seja, de subir na escala social. O emigrante representa alguém que, pelo seu próprio esforço, sacrifício e trabalho, é capaz de vencer o peso da hereditariedade do *status* social dos seus pais, reunindo os bens económicos que lhe permitam ser «mais» na sua comunidade.

Muitas vezes, esta imagem está rodeada de outros valores socialmente bem considerados, como a capacidade de enfrentar riscos e perigos, a coragem e a disponibilidade para viver a aventura.

² Ver Maria Beatriz Rocha Trindade, *Immigrés portugais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1973, pp. 22-43.

³ Ver Nayade Anido e Rubens Freire, *L'émigration portugaise, présent et avenir*, Paris, Presses Universitaires de France, 1978, pp. 110-126.

Estes traços fornecem ingredientes para se criar toda uma ideologia em torno da emigração. Essa ideologia foi explicitamente desenvolvida, num determinado contexto político, até 1974, de modo a ultrapassar, na medida do possível, os problemas da difícil compatibilização entre o interesse em obter o máximo de benefícios económicos, sociais e políticos da emigração e o interesse de reduzir ao mínimo os perigos que esse fenómeno social comportava para a manutenção do sistema social e político, designadamente enquanto ele era revelador de uma situação social intolerável.

2.4 A posição do emigrante tende a revestir-se de sinais exteriores simbólicos que marcam e confirmam de forma inequívoca e pública o seu novo *status* social. Esses sinais tornam possível uma verdadeira presença física do emigrante na sua terra, mesmo quando ele está ausente no estrangeiro.

É certo que os sinais a que me vou referir brevemente têm um conteúdo e uma função económicos próprios, actuais ou potenciais. Mas têm também, além disso, um significado social, que é o que mais interessa, neste trabalho, focar.

O sinal mais difundido e o mais desejado é a casa que o emigrante constrói de novo, ou reconstrói, na sua terra de origem, muitas vezes num terreno comprado para esse efeito, com melhores acessos. As casas dos emigrantes têm quase sempre características próprias que as tornam perfeitamente bem identificadas e diferentes de todas as outras casas tradicionais da comunidade. Elas diferenciam-se não só pelo aspecto ou estilo exterior, pela dimensão, pela cor e pelos materiais de construção utilizados, em relação ao contexto habitacional original, como também pelo equipamento doméstico e pelo conforto interior de que dispõem. Estas casas, normalmente, provocam um enorme contraste com os padrões tradicionais em matéria de arquitectura, visto que são construídas, em grande parte, segundo modelos de casas que os emigrantes conheceram nos países em que trabalham.

Outro sinal, também bastante comum, da nova posição do emigrante na sua terra de origem consiste em aumentar as suas propriedades através da compra de outras parcelas de terreno, de modo a tornar-se proprietário de maiores extensões de terra, ou então em comprar terras que lhe permitem o acesso à nova condição de proprietário, se porventura, anteriormente, não tinha nenhuma.

Um terceiro sinal é o automóvel. O facto de o emigrante, um dia, poder voltar à sua terra deslocando-se no seu próprio automóvel é uma manifestação altamente apreciada de que o seu comportamento está a atingir os padrões de êxito esperados.

Há ainda outros comportamentos adoptados pelos emigrantes onde se pode encontrar uma manifestação da alteração da posição social, como, por exemplo, um maior interesse e investimento na escolaridade mais longa dos seus filhos. Todos eles são factos novos em relação ao que seria de esperar se os emigrantes não tivessem saído das suas terras e continuassem a observar os padrões de comportamento que corresponderiam, normalmente, à sua origem social.

Ao emigrante pode, pois, atribuir-se uma outra identidade social e os correspondentes padrões de comportamento no contexto da sua sociedade de origem. Devo notar que a sua nova posição pode ser partilhada, até

certo ponto, por familiares que continuem na terra de origem do emigrante, na medida em que passarem a beneficiar de alguns dos efeitos da emigração, designadamente de um maior poder económico, de um aumento do património da família, da nova casa ou de outros bens ou situações que manifestem maior riqueza no meio da comunidade a que pertencem.

2.5 A posição social do emigrante português nos países para onde se deslocou e trabalha é algo diferente.

Penso que há diversas variáveis que podem condicionar a posição social do imigrante português nas sociedades que o acolhem e a sua relação com a sociedade e a cultura em que se insere.

umas dizem mais respeito ao imigrante e à sua terra de origem e outras à sociedade que o recebe. Entre as primeiras, creio que são de referir a idade do imigrante, a profissão na terra de origem e no local de imigração e os respectivos níveis de remuneração atingidos, as habilitações escolares, o estado civil, o facto de estar ou não acompanhado da sua família, se é ou não proprietário e a importância dos bens de que dispõe, as características do meio sociocultural de origem, os modelos aí vigentes de objectivos a atingir pela emigração e o grau e perspectivas de desenvolvimento económico e social da região de origem e do País.

Entre as variáveis que respeitam à sociedade que recebe o imigrante português, penso que devem ter-se em conta as condições de vida e de trabalho facultadas aos imigrantes, a posição social que lhes é dada e a atitude que a sociedade tem perante eles, manifesta, em especial, nas relações que os imigrantes estabelecem nos meios de trabalho e de residência, e as garantias que lhes são dadas de continuidade de trabalho e de possibilidade de transferência das suas economias para Portugal.

Na minha opinião, todos estes factores condicionam o comportamento do imigrante português nas suas relações quer com a sociedade de origem, quer com a sociedade que o acolhe. Do jogo das inter-relações entre estes factores surgirão, provavelmente, diferentes situações com efeitos diversos ao nível do comportamento migratório e da identidade cultural dos migrantes. Não se deve perder de vista que, em geral, o imigrante português reconhece uma posição de superioridade aos países da Europa onde trabalha, em relação a Portugal, em termos de desenvolvimento económico e social.

3. A AMBIGUIDADE NA SITUAÇÃO DO MIGRANTE

3.1 A relação do trabalhador migrante com a sua terra de origem e a sociedade em que está inserido é cheia de ambiguidades.

Poder-se-á dizer, de uma forma muito esquemática, que essas relações se colocam do seguinte modo: por um lado, o migrante está numa sociedade e não é dela, não se reconhece e não é reconhecido como parte de pleno direito dela; por outro lado, pertence a uma sociedade na qual não está efectiva e plenamente presente e participante.

Destas duas situações, ambas feridas por uma limitação importante, resulta uma relação incompleta e ambígua do migrante com a sociedade e a cultura de origem e a sociedade e a cultura em que vive e trabalha.

Esta ambiguidade gera, provavelmente, uma certa crise de identidade cultural: saber quem é, qual o seu lugar e papel, o que dá e recebe na so-

cidade em que vive e na sociedade de origem são problemas que se podem pôr com acuidade para os migrantes. Perante ambas as sociedades, o migrante está numa situação provisória e insatisfatória, o que pode criar condições propícias para um processo de crise de identidade cultural.

Acabei de referir que, em relação à sociedade de origem, em especial nos meios rurais, o emigrante goza de uma posição social revestida de um certo prestígio, inserindo-se num processo de mobilidade social ascendente. Todavia, ele também enfrenta, possivelmente, alguns problemas na sua relação com a sociedade de origem.

Creio que uma possível fonte de problemas é de ordem estrutural. O comportamento emigratório tem implícito, na minha opinião, um movimento de ascensão social, o que implica um processo de alteração da posição social e de alguma mudança nos valores culturais e nos padrões de comportamento subjacentes. Ora estes movimentos são, muito provavelmente, factores de uma certa instabilidade e, em grau maior ou menor, de tensões e até conflitos na estrutura social e no quadro da cultura em causa.

É provável que o processo de mobilidade social ascendente dos emigrantes origine tensões e conflitos quer com ocupantes das posições sociais mais prestigiadas na estrutura social tradicional, quer com outros eventuais concorrentes interessados no mesmo processo, designadamente os migrantes internos e, recentemente, os retornados das antigas colónias portuguesas.

Em segundo lugar, suponho que é de considerar a hipótese de que pode haver problemas de ordem conjuntural, neste momento, na relação do emigrante português com a sua terra de origem.

Esses problemas poderão derivar das circunstâncias históricas específicas que a sociedade portuguesa vive actualmente, principalmente por uma forte instabilidade, insegurança e falta de consenso quanto a modelos sociais, políticos e económicos a adoptar para vencer o subdesenvolvimento e na busca de um projecto nacional que lhe dê um lugar no mundo do futuro.

Uma situação deste tipo pode alterar o quadro dos projectos e objectivos delineados pelos emigrantes, em função dos quais canalizaram um conjunto de acções adequadas, obrigando-os a pôr em causa ou a revê-los. De facto, pode dar-se o caso de, perante os novos dados da situação social portuguesa, a concretização dos objectivos económicos e sociais do projecto emigratório, que, há alguns anos, assentara em expectativas relativamente seguras, se apresentar agora revestida de algum risco.

Seria interessante saber até que ponto esta conjuntura condiciona o emigrante português, que está já, por natureza, numa situação algo ambígua, transitória e incerta. Penso que ela poderá acentuar a ambiguidade da relação do emigrante com a sociedade de origem e também com a sociedade em que vive.

Aliás, também as perspectivas de crescimento económico e de evolução social e política nas sociedades onde os emigrantes portugueses estão fixados, na Europa, as previsões quanto à evolução do Mercado Comum Europeu, e até a situação internacional, de uma maneira geral, se apresentam algo instáveis e caracterizadas por um ambiente de insegurança. Os efeitos desta conjuntura internacional podem ser relevantes para todos os trabalhadores imigrantes portugueses existentes na Europa, afectando as possibilidades da sua adaptação e inserção nas sociedades em que se

encontram, os retornos a Portugal e as circunstâncias socioculturais que envolvem a questão da sua identidade cultural.

3.2 Perante a ambiguidade implícita na sua situação, os emigrantes portugueses têm adoptado alguns mecanismos para a atenuar ou eliminar.

Há dois modos extremos de resolver o problema da ambiguidade e os seus efeitos, anulando-os: ou o retorno definitivo do emigrante a Portugal, ou a integração plena no país onde trabalha, formalizada pela naturalização. Estes procedimentos são praticados em muito pequena escala e dependem não só dos projectos e das condições de vida e de trabalho dos emigrantes, mas também de outros factores que lhes escapam, como sejam as condições em que, num e noutro caso, os diferentes países e sociedades lhes proporcionam executar esse comportamento.

A grande maioria dos emigrantes portugueses mantêm-se, pois, neste momento, na situação de emigrantes, confrontam-se com ela e tentam vivê-la, extraindo o máximo de vantagens e reduzindo, tanto quanto possível, os seus inconvenientes.

Em especial no que respeita aos emigrantes portugueses na Europa, parece que a maioria deles manifesta a vontade de, algum dia, regressar à sua terra de origem, especialmente os de mais idade e aqueles cuja família se encontra em Portugal. No entanto, de uma maneira geral, não é claro que a maioria dos emigrantes portugueses tenha algum prazo definido para efectuar o retorno, parecendo, pelo contrário, que a realização do objectivo do regresso definitivo a Portugal está dependente de circunstâncias que a isso obriguem ⁴.

De facto, ao mesmo tempo que alimenta a esperança de um regresso à sua terra de origem, o imigrante português procura tornar a sua vida na terra onde trabalha o mais suportável ou o menos penosa possível, fazendo tudo o que pode por ultrapassar as condições de vida extremamente duras que frequentemente, no início da sua estada no país que o recebeu, encontra ⁵.

Para isso, o imigrante procura recriar à sua volta alguns elementos do seu contexto sociocultural de origem, designadamente através do reagrupamento familiar e de conterrâneos e vizinhos. Por vezes consegue mesmo manter relações muito estreitas com a sua comunidade de origem, fazendo que o afastamento físico não corte os laços que o ligam à sociedade e à cultura de origem ⁶.

No entanto, na medida em que o imigrante consegue revestir-se, na sociedade onde vive, desse ambiente mais protector formado por pessoas, relações, valores e instituições sociais próprias da sua terra de origem, acontece que, por um lado, ele mantêm mais vivas as suas relações com a cultura original e, nessas condições, defende a sua identidade cultural original; mas, por outro lado, ele cria condições mais favoráveis para

⁴ Ver *Les retours de travailleurs migrants portugais*, cit., pp. 42-76; Maria Beatriz Rocha Trindade, *op. cit.*, pp. 118-121; Nayade Anido e Rubens Freire, *op. cit.*, pp. 160-164.

⁵ Ver A. Teixeira de Sousa, *Os Trabalhadores Portugueses na Região de Paris. Condições de Habitação e de Trabalho*, Lisboa, «Cadernos GIS», n.º 1, Gabinete de Investigações Sociais, 1973.

⁶ Ver Maria Beatriz Rocha Trindade, «Comunidades migrantes em situação dipolar: análise de três casos de emigração especializada para os E. U. A., para o Brasil e para França», in *Análise Social*, vol. XII (48), 1976, pp. 983-997.

prolongar a sua estada no local onde vive. Há, assim, algo de contraditório e ambíguo nesta situação.

Além disso, no caso de haver reagrupamento familiar, pode dar-se um outro fenómeno importante: os filhos das famílias imigradas, sobretudo os jovens que tenham uma inserção no sistema escolar e consigam estabelecer relações e criar grupos com os outros jovens das sociedades onde vivem, podem fazer de pontes entre as suas famílias e as comunidades locais. Não obstante a situação especial em que esses jovens se encontram e os problemas que enfrentam, é provável que os filhos das famílias imigradas que tenham estabelecido laços com a comunidade local, na base de uma certa estabilidade na permanência, tendam a integrar-se nas sociedades onde cresceram e vivem.

Na história da emigração portuguesa verifica-se que a segunda geração de famílias que emigraram para várias regiões dos continentes africano, americano e asiático manifestaram uma grande capacidade de se integrar nas sociedades locais. Penso que esta situação não é completamente comparável com a emigração portuguesa recente para a Europa, porque há muitas diferenças significativas. De qualquer modo, é de pôr a hipótese de que uma grande parte dos filhos dos imigrantes portugueses na Europa manifestem uma tendência para se integrar nas sociedades onde vivem ou, pelo menos, manter relações estreitas com elas, podendo, no futuro, essas relações assumir formas novas no contexto dos movimentos de cooperação e unidade europeia ⁷.

O factor tempo tem, provavelmente, uma grande influência no processo de estabelecimento de relações que conduzem a uma eventual integração dos imigrantes nas sociedades em que vivem, conforme as gerações.

4. MOBILIDADE SOCIAL E REINTEGRAÇÃO DO EMIGRANTE PORTUGUÊS

4.1 Penso que é perante as situações em que o projecto emigratório se confronta com a necessidade de uma opção sobre a sua continuidade ou não que, nos critérios usados, transparecem as causas que explicam a própria emigração.

Creio que ressalta então mais claramente que o projecto emigratório está intimamente ligado a um processo de mobilidade social ascendente e que ele mantém toda a sua justificação e continuará a ser efectivado pelos emigrantes enquanto o objectivo da ascensão social for atingível. Ou seja, enquanto, na contabilidade das perdas e dos ganhos de uma ou outra decisão e na avaliação das condições em que vivem e esperam viver, os emigrantes concluírem que há hipóteses de atingirem os objectivos que os levaram a emigrar, esses objectivos serão determinantes para ajustar os comportamentos perante as diversas situações e para condicionar todo o esquema das suas relações com as sociedades onde se fixaram e com aquelas de que são originários.

Se, apesar dos riscos, os emigrantes, por um lado, continuarem a ter a possibilidade de um trabalho regular e bastante melhor remunerado do que em Portugal, de amealhar algumas economias e de manter um

⁷ Ver Nayde Anido e Rubens Freire, *op. cit.*, pp. 167-172.

certo aumento de riqueza em bens nos seus lugares de origem e, por outro lado, conseguirem atingir um certo mínimo de condições para continuarem a viver e a trabalhar na Europa, compatibilizam-se dois objectivos e torna-se possível prosseguir o projecto emigratório. Desse modo, de facto, o emigrante continuará a consolidar o seu património, o que, segundo os modelos culturais nas sociedades rurais, lhe assegurará um *status* social superior ao que lhe corresponderia de acordo com o mecanismo normal da herança social.

Este objectivo de mobilidade social ascendente pode, porém, ter um significado diferente para a segunda geração das famílias imigradas e com estabilidade de permanência nos locais onde vive, visto que os jovens poderão referenciar-se a outros padrões culturais. Sendo assim, o comportamento das duas gerações perante um eventual processo de retorno poderá ser diferente.

4.2 Perante os diversos parâmetros delineados, a reintegração do emigrante português fixado na Europa nas suas terras de origem deve considerar-se, nas actuais circunstâncias, como uma eventualidade cuja concretização é dificilmente previsível. De qualquer modo, como já referi, esses retornos, até este momento, apesar de não serem contabilizados, assumem uma dimensão muito reduzida, segundo parece⁸.

E até mesmo os mecanismos tendentes a provocar esse movimento adoptados recentemente em França não tiveram, até agora, um impacte significativo em ordem a esse objectivo, verificando-se antes que, nos casos em que esses mecanismos foram utilizados, eles vieram ao encontro de projectos de retorno já estabelecidos e que simplesmente os aproveitaram como um recurso suplementar.

Conhecem-se exemplos de retornos efectuados quando o projecto emigratório atingiu, de acordo com os critérios de avaliação dos emigrantes, os objectivos que estavam previstos. O emigrante reintegra-se então na sociedade de origem na sua nova posição social, podendo defrontar-se com alguns problemas de reintegração social e cultural, provenientes do facto de, entretanto, ter efectuado, com êxito, um processo de mobilidade social ascendente. Pode mesmo acontecer que as suas expectativas quanto à sua reintegração sejam de tal modo frustradas que desencadeiem um futuro movimento migratório para outra região do País ou até para o estrangeiro outra vez.

Também são conhecidos casos de emigrantes que regressam a Portugal por os seus objectivos não terem sido atingidos, optando então pelo mal menor. Estas situações são consideradas de certo modo desprestigiantes, a não ser nos casos de circunstâncias não dependentes da capacidade das pessoas, como doenças ou acidentes. O emigrante que retorna nessas condições vai ocupar o seu lugar original na escala de estratificação social e retoma a sua anterior profissão ou, provavelmente, outra de semelhante *status*. Mas arrisca-se, além disso, a uma certa depreciação social por não ter demonstrado capacidade para atingir os objectivos a que se propunha com o projecto emigratório.

4.3 Na minha opinião, a emigração, como fenómeno social, o comportamento e o retorno dos emigrantes têm tido, até agora, predomi-

⁸ Ver *Les retours de travailleurs migrants portugais*, cit.

nantemente, efeitos que se inserem, em Portugal, no quadro da estrutura social e da cultura tradicional, ao nível das comunidades locais e ao nível nacional.

É certo que têm sido factores de introdução de alguns comportamentos novos e contribuído para algumas alterações no funcionamento do sistema económico, ao nível local, como o lançamento de novas actividades económicas, sobretudo no sector dos serviços. No entanto, na minha opinião, essas inovações integram-se na sociedade e na cultura originais, mais do que a transformam.

Penso que a explicação deste fenómeno está relacionada com o facto de o projecto emigratório se construir dentro de uma determinada sociedade e cultura e só fazer sentido e ser viável nesse contexto e enquanto elas se mantiverem, na sua estrutura. Ou seja, se os critérios e condições sociais que estão na base da possibilidade de se concretizar um processo de mobilidade social ascendente não forem alterados radicalmente ou, pelo menos, de forma significativa.

É assim que, no contexto de uma sociedade em mudança sociocultural, os emigrantes portugueses tendem a reagir à sua situação ambígua de migrantes e à instabilidade da evolução social, reforçando alguns traços culturais tradicionais que fixem a sua identidade cultural e assegurem a viabilidade dos seus projectos de mobilidade social ascendente, de acordo com padrões culturais tradicionais das sociedades de que são originários.

Porém, dado o seu contacto com outras sociedades e culturas nos locais onde trabalham e o processo de aculturação a que ficam sujeitos, apesar das situações de marginalização em que são colocados e se colocam, por um lado, e os processos de mudança sociocultural em curso na sociedade portuguesa, por outro, o emigrante português vê-se envolvido numa complexa situação de crise de identidade cultural, num permanente desgaste de confronto ou coerência entre comportamentos e valores que herdou dos seus pais, e que vê, agora, em alteração rápida na sociedade portuguesa, e aqueles que se lhe deparam nas sociedades onde vive.

Lisboa, Novembro de 1980.

OUTROS TRABALHOS CONSULTADOS, ALÉM DOS CITADOS

- Almeida, Carlos, e Barreto, António, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo, 1970.
- Ferreira de Almeida, J. C., «A emigração portuguesa para França: alguns aspectos quantitativos», in *Análise Social*, vol. II (7-8), 1964, pp. 599-622.
- IDEM, «Dados sobre a emigração portuguesa em 1963-65: alguns comentários», in *Análise Social*, vol. IV (13), 1966, pp. 116-128.
- Silva Santos, Ismael, «Algumas considerações sobre o retorno de emigrantes», in *Análise Social*, vol. V (18), 1967, pp. 288-298.
- Marinho Antunes, M. L., *A Emigração Portuguesa desde 1950. Dados e Comentários*, «Cadernos GIS», n.º 7, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1973.